

## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

1. A Comissão Política do PAICV reuniu-se no dia 8 de Novembro, para tratar de questões internas do Partido e, igualmente, para analisar questões de âmbito nacional.
2. A Comissão Política começou por apreciar as **informações** prestadas pelo Presidente do Partido sobre a visita realizada a Marrocos por uma delegação do Partido e as perspectivas de estreitamento de relações entre o PAICV e a USFP nas mais diversas áreas e entre o PAICV e outros Partidos árabes. Apreciou ainda a informação de Silvino da Luz sobre a sua participação no Colóquio sobre o tema "*Diálogo Sobre os Pontos Estratégicos de Desenvolvimento Económico e Social Para o Ano 2000, entre o Mali, a África Ocidental e Europa / Alemanha*", realizado em Bamako, Mali. Este facto ganhou muito interesse na medida que um dos pontos-chaves do debate foi o **futuro do Franco CFA e da UEMOA**, quando desaparecer a moeda nacional francesa e se efectivar a passagem para a moeda única europeia, o Euro. Sobre esta matéria, houve muitas interrogações e poucas certezas.
3. Quanto às **actividades internas**, entre outras questões, a CP avaliou o estado de implementação das orientações sobre a constituição e os programas de trabalho das Secretarias e estabeleceu o calendário para a instalação das Comissões Especializadas e dos Grupos de Trabalho.
4. A CP apreciou a situação política nacional e analisou alguns temas que podem constituir matéria das próximas intervenções políticas do Partido. Mereceram especial atenção da CP as seguintes questões:
5. **Sessão parlamentar de Outubro**: considerou que se verificou um avanço no sentido da reforma parlamentar indispensável que deve, entretanto, ser prosseguida até à implementação completa dum regime de incompatibilidades e de impedimentos que impeça a acumulação do cargo de deputado com os de alto funcionário do Estado e de gestor público, permitindo àquele (deputado) autonomia material, política e disciplinar em relação ao Estado. Considerou ainda que a interpelação ao Governo, no Parlamento, é um acto de fiscalização e de controlo necessário e útil que o PAICV, como oposição parlamentar, deve continuar a utilizar apesar dos constrangimentos e bloqueios existentes e da falta clara de colaboração do Governo.

6. **Arranjo monetário e convertibilidade do escudo cabo-verdiano:** regozija-se [*considera positivo o facto de..*] com o facto de se ter desvendado em parte, o secretismo que tem envolvido estas questões e conseguido interessar outras forças políticas por elas e igualmente despertar o interesse dos homens de negócios por uma questão de capital importância para a economia cabo-verdiana e para os seus próprios interesses, em particular. Contudo, as informações fornecidas pelo Governo são ainda muito insuficientes. O PAICV vai continuar a seguir com a devida atenção este assunto e a exigir do Governo mais dados para uma avaliação séria do seu impacto na economia nacional. Para além do mais, é indispensável que se conheçam os critérios de enquadramento macro-económico do processo de convertibilidade [déficit orçamental, inflação, taxas de juro, dívida pública, câmbio, etc.] e as restrições a que o país estará sujeito.
7. **Missão do FMI:** a CP considera necessário que se saiba também qual é o compromisso que o Governo assinou com o FMI. Será um acordo de ajustamento estrutural disfarçado? Estamos face a uma outra questão importante sobre a qual exigimos que o Governo dê uma informação fundamentada e suficiente ao país e ao Parlamento.
8. **Ano agrícola :** A CP constatou com preocupação que o ano agrícola, apesar de ser melhor do que o anterior, é fraco e com impacto negativo na economia rural e na vida dos camponeses, no geral. Vamos continuar a acompanhar com atenção, a situação no campo e alertamos desde já, o Governo para a necessidade de tomada de medidas pertinentes que evitem uma maior degradação da situação social no campo.
9. **Profanações de locais de culto católico:** A CP apreciou de novo esta delicada questão. Para além de constituírem uma ofensa grave, desrespeito e agressão moral a todos os católicos, considera que os actos de profanação dos locais de culto católicos, estão a pôr em causa a harmonia e a estabilidade da nossa sociedade gerando um clima de suspeição geral cujas consequências não se pode prever. Com efeito, a sociedade cabo-verdiana está a viver de uma forma dramática, num clima de angústia, de ansiedade e de suspeição geral, os efeitos perversos gerados pela irresponsabilidade e ligeireza com que esta questão de extrema delicadeza tem sido tratada.
10. Pelo resultados conhecidos, a conclusão que se pode chegar é que a questão tem sido tratada com falta de seriedade e de rigor e pouco profissionalismo, colocando hoje, toda gente, à mercê de irresponsáveis cujas verdadeiras intenções se desconhece. A realidade é que a Polícia e

o Governo mostram-se impotentes para dar uma resposta adequada e combater com eficácia este tipo de crime, o que prova que algo vai mal.

11. Está claro para qualquer observador, que o fenómeno das profanações dos locais de culto católico tem sido tratado, desde há muito, de uma forma demagógica, ao sabor de conveniências políticas ou eleitorais, buscando tirar proveito imediatista e imoral da religiosidade da maioria dos cabo-verdianos, sem ter em conta os efeitos perversos que tais procedimentos podem gerar e que hoje, a sociedade cabo-verdiana está a enfrentar intensamente. Se estes são os factos, há coisas que precisam de ser mudadas. **O rei vai nu !**
12. A propósito do incidente de 31 de Outubro, na localidade de Volta do Monte, o país continua à espera duma explicação crível do Governo. No nosso entender, cabe ao Sr. Ministro da Justiça e da Administração Interna dar a explicação devida aos católicos, em particular, e ao país no geral. Sobre este caso, o PAICV interpelou um membro do Governo concreto sobre um acontecimento ligado à área governamental que superintende e do qual espera uma resposta. Não interpelou a Direcção do MPD.
13. Por outro lado, a Polícia Judiciária e a Polícia de Ordem Pública são instituições públicas autónomas com competências específicas nos domínios da protecção da ordem e da segurança públicas. Dispõem de direcções ou comandos próprios que, por sua vez dependem da autoridade do Sr. Ministro da Justiça e da Administração Interna. São estas as autoridades a quem se está a exigir responsabilidade. Assim é que devem ser as coisas.
14. Quanto aos argumentos avançados pelo Sr. Secretário Executivo do MPD, já têm cabelos brancos e são desculpas de mau pagador. Um só reparo, o PAICV tem consciência tranquila mas está preocupado porque o arrastamento desta situação de impasse pode gerar efeitos perversos imprevisíveis; porque o clima de suspeição existente no país, é mau para toda gente; porque a continuação das profanações fere a credibilidade das instituições públicas e está a pôr em causa a autoridade do Estado. Além do mais, é muito desagradável saber que as profanações constituíram também, matéria de uma das prédicas dominicais do Santo Padre.
15. O estranho é que o Sr. Secretário Executivo do MPD conheça tão bem o que se passa na Polícia Judiciária que até sabe que ela tem estado a receber telefonemas anónimos tentando ludibriá-la.

16. Do nosso lado, insistimos que o que realmente, a sociedade cabo-verdiana precisa é de paz e de tranquilidade para poder ter forças para enfrentar com algumas chances de sucesso os problemas sérios que actualmente, enfrenta. Está mesmo à vista que os próximos três anos serão de apertão do cinto

17. A CP também discutiu a celebração do 25º aniversário do desaparecimento de Amílcar Cabral e encarregou um grupo de trabalho para os contactos com instituições e personalidades ligadas à organização do evento e contribuir na sua realização.

Praia, 11 de Novembro de 1997